



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto da Contratação

Contratação de empresa para prestação dos serviços especializados de locação de dois grupos geradores, bem como sua instalação, operação, manutenção e desinstalação, durante o período que serão realizadas as Eleições 2022.

2. Fundamentação da Contratação

2.1. Motivação

Visa garantir a continuidade do fornecimento de energia elétrica nos prédios Sede e Anexo I do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina e, também, no espaço cedido onde se realizará a audiência pública para Auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas em condições normais de uso, em imóvel localizado na região central de Florianópolis - SC. Assim, tal locação viabilizará a continuidade dos trabalhos do pleito eleitoral de 2022 no caso de interrupção no fornecimento energia pela concessionária. O serviço especializado de locação de grupo gerador consiste em atividade comum e não finalística do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina – TRESC.

2.2. Objetivos e Benefícios

Trata-se de serviço de apoio, do qual espera-se a manutenção do fornecimento de energia elétrica para a continuidade dos trabalhos do pleito eleitoral de 2022 no caso de pane no sistema de fornecimento da concessionária de energia elétrica.

2.3. Alinhamento Estratégico

MISSÃO e OERS1.

2.4. Estudos Preliminares do Objeto

Estudo Preliminar juntado ao PAE 7.383/2022.

2.5. Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

A demanda prevista contempla a locação, instalação, operação, manutenção e desinstalação de dois grupos geradores, um para o edifício sede do TRESC e o outro na região central de Florianópolis, onde se realizará a Auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas, durante o período eleitoral de 2022, conforme descrito a seguir:

Id.	Bem / Serviço	Demanda Prevista	Quantidade a ser contratada
1	Locação de grupo gerador trifásico de energia elétrica com capacidade mínima de 500 KVA, com combustão a óleo <i>diesel</i> , bem como sua instalação, operação, manutenção e desinstalação.	01	01
2	Locação de grupo gerador de energia elétrica com capacidade mínima de 7 KVA, com combustão a gasolina ou óleo diesel, bem como sua instalação, operação, manutenção e desinstalação.	01	01



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.6. Objetos Disponíveis

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

2.7. Caracterização e Composição do Objeto

Contratação de empresa para prestação dos serviços especializados de locação de dois grupos geradores, bem como sua instalação, operação, manutenção e desinstalação, os quais serão utilizados pelo TRESC no período em que serão realizadas as Eleições 2022, conforme especificações.

Características do objeto:

Id.	Característica
1	<p>Grupo-gerador trifásico de energia elétrica com capacidade mínima de 500 KVA, com combustão a óleo diesel com fornecimento de energia estável em tensão de 380V, entre fases, e 220V entre fase/neutro.</p> <p>Equipamento gerador em bom estado de conservação e perfeitas condições de uso, equipado com central de comando e indicadores para supervisão de rede, compreendendo os dispositivos de medição da qualidade da energia gerada, tais como voltímetros, amperímetros, frequencímetros, etc., e chave seccionadora específica para carga, incluindo proteções (disjuntores e fusíveis) específicas para o sistema alternativo.</p> <p>Proteção acústica contra ruído excessivo para todo o sistema, incluindo silenciador para o escapamento.</p> <p>Fornecimento de todos os materiais e ferramentas necessários à instalação, desinstalação, operação e manutenção, incluindo baterias, óleo lubrificante, combustível, instrumentos e chaves, em conformidade com as especificações técnicas do equipamento gerador e carga instalada.</p> <p>Instalação do equipamento em modo stand by, no estacionamento do prédio-sede do TRESC, localizado no subsolo II, compreendendo o fornecimento dos cabos até os quadros de distribuição e dos conectores necessários, dimensionados de acordo com a carga a ser fornecida</p>
2	<p>Grupo-gerador de energia elétrica com capacidade mínima de 7 KVA, com combustão a gasolina ou diesel (fornecido com o tanque cheio) com fornecimento de energia estável com tensão entre fase e neutro de 220V. Equipamento gerador em bom estado de conservação e perfeitas condições de uso.</p>

2.8. Serviços Adicionais

Não se aplica a esta contratação.

2.9. Parcelamento e Adjudicação

A adjudicação do objeto deverá ser global, uma vez que permitirá uma melhor otimização na gestão da contratação, bem como dos serviços executados. Além disso, amplia o interesse das empresas na participação do certame, tendo em vista que torna o objeto da contratação mais atraente em função de envolver o serviço para os dois grupos geradores.

2.10. Seleção do Fornecedor

O fornecedor será selecionado conforme a existência de regularidade da empresa, bem como a disponibilidade e o interesse em prestar o serviço, nas condições estipuladas pelo contratante.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.10.1. Critérios de Habilitação

Em relação à **Qualificação Técnica**, deverá ser exigido:

- a) um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos em favor da proponente, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, os quais comprovem o desempenho de atividade compatível com o objeto deste PB/TR;
- b) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica junto ao CREA ou Conselho profissional correspondente, dentro de seu prazo de validade, em conformidade com o art. 30, I, da Lei n. 8.666/1993.
- c) Habilitação técnico-profissional: comprovação de possuir no quadro da empresa profissional, devidamente registrado no CREA ou Conselho profissional correspondente, para acompanhar os serviços objetos deste Projeto Básico. O profissional indicado poderá ser substituído por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovado pela Administração do TRESC.

Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, deverá ser exigido:

- a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de abertura da licitação; e
- b) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

2.10.2. Critérios de Preferência e de Desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

2.11. Modalidade e Tipo de Licitação

Sugere-se o pregão eletrônico como modalidade de licitação e o menor preço como tipo de licitação.

2.12. Impacto Ambiental

Não haverá qualquer impacto ambiental decorrente da presente contratação.

2.13. Conformidade Técnica

O serviço a ser executado deve ser executado em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT; as disposições legais pertinentes dos órgãos governamentais de segurança, os manuais e orientações técnicas específicas dos equipamentos e instalações, as prescrições e recomendações dos fabricantes dos equipamentos quanto aos procedimentos de manutenção e operação e os regulamentos das empresas concessionárias de energia.

2.14. Obrigações da Proponente



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Recomenda-se à empresa proponente realizar visita técnica nos locais onde serão prestados os serviços.

Caso a empresa opte pela realização da visita técnica, esta deverá ser:

- a) Previamente agendada através dos telefones (48) 3251-3785 ou 3251-3838, das 13 às 18 horas;
- b) Realizada por representante indicado pela empresa;
- c) Acompanhada por representante do TRESC, designado para esse fim.

A empresa que optar pela não realização da visita técnica, vindo a ser a contratada, não poderá alegar o desconhecimento dos locais da realização do serviço e suas peculiaridades como justificativa para se eximir das obrigações assumidas em consequência da presente contratação.

2.15. Obrigações da Contratante

- Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no edital licitatório.
- Promover, através de seus representantes, a fiscalização do Contrato, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993.

2.16. Obrigações da Contratada

- Executar o serviço de acordo com as Normas Técnicas – ABNT; as disposições legais pertinentes dos órgãos governamentais de segurança, os manuais e orientações técnicas específicas dos equipamentos e instalações, as prescrições e recomendações dos fabricantes dos equipamentos quanto aos procedimentos de manutenção e operação e os regulamentos das empresas concessionárias de energia;
- Providenciar junto ao Conselho de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina – CREA-SC ou Conselho profissional correspondente a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART (ou equivalente) referente a execução dos serviços enumerados nesta contratação, arcando com os custos necessários.
- Manter quadro de pessoal técnico para a realização dos serviços, bem como executá-los sob a orientação e a responsabilidade de um profissional qualificado, disponibilizando todos os equipamentos de proteção para os operadores dos grupos geradores;
- Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, os serviços contratados;
- Responsabilizar-se pelo correto funcionamento dos equipamentos locados, bem como, em relação ao grupo gerador de 500 KVA, pela permanência de profissionais qualificados durante o período contratado, para supervisionar, operar e manter em funcionamento o equipamento gerador instalado do edifício-sede do TRESC, caso necessário;
- Entregar os equipamentos em perfeitas condições de funcionamento, conforme especificações deste Projeto Básico, nos locais abaixo indicados:
 - Gerador 500 KVA - na sede do TRESC, localizada na Rua Esteves Júnior, 68, Centro - Florianópolis/SC, CEP. 88.015-130, Subsolo II, para o qual será disponibilizada 1(uma) vaga da garagem não coberta; e
 - Gerador 7 KVA – em local a ser definido pelo TRESC na área central de Florianópolis.
- Testar o equipamento, a ser instalado na Sede do TRESC, nas respectivas datas conforme descrito neste Projeto Básico, apresentando relatório de teste devidamente assinado pelo responsável da Contratada;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- Fornecer preço da locação de cada equipamento para cada período específico (primeiro e segundo turnos de votação), bem como preço por hora de funcionamento, no caso do gerador de 500 KVA, caso seja acionado o sistema de alimentação alternativo;
- Disponibilizar todos os equipamentos de proteção para os operadores dos grupo-geradores;
- Fornecer treinamento e instruções para os técnicos da manutenção predial do TRESC, relativamente à instalação e operação do gerador de 7KVA;
- Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados nos locais de execução dos serviços, bem como àqueles provocados em virtude dos serviços executados e da inadequação de materiais e equipamentos empregados;
- Fornecer todos os dispositivos e acessórios, peças, cabos, componentes, materiais, ferramentas, instrumentos, equipamentos e serviços essenciais ou complementares, eventualmente não mencionados nem especificados, mas imprescindíveis à completa e perfeita realização dos serviços;
- Disponibilizar os equipamentos e profissionais nas datas e condições estabelecidas neste projeto básico, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta.
- Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

2.17. Custo estimado da contratação

Conforme planilha elaborada pela CCM.

3. Especificação Técnica Detalhada

3.1. Requisitos Técnicos

Considerando que se trata de prestação de serviço especializado, os requisitos técnicos são as especificações técnicas dos equipamentos a serem locados ao TRE-SC, conforme descritos abaixo:

- I. Do equipamento a ser fornecido e instalado no edifício sede do TRESC:
 - Grupo-gerador trifásico de energia elétrica com capacidade mínima de 500 KVA, com combustão a óleo diesel;
 - Fornecimento de energia estável em tensão de 380V, entre fases, e 220V entre fase/neutro;
 - Equipamento gerador em bom estado de conservação e perfeitas condições de uso, equipado com central de comando e indicadores para supervisão de rede, compreendendo os dispositivos de medição da qualidade da energia gerada, tais como voltímetros, amperímetros, frequencímetros, etc., e chave seccionadora específica para carga, incluindo proteções (disjuntores e fusíveis) específicas para o sistema alternativo;
 - Proteção acústica contra ruído excessivo para todo o sistema, incluindo silenciador para o escapamento;
 - Fornecimento de todos os materiais e ferramentas necessários à instalação, desinstalação, operação e manutenção, incluindo baterias, óleo lubrificante, combustível, instrumentos e chaves, em conformidade com as especificações técnicas do equipamento gerador e carga instalada;
 - Instalação do equipamento em modo *stand by*, no estacionamento do prédio-sede do TRESC, localizado no subsolo II, **compreendendo o fornecimento dos cabos até os**



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

quadros de distribuição e dos conectores necessários, dimensionados de acordo com a carga a ser fornecida;

- A critério do TRESC, considerando as dimensões do equipamento e/ou área de manobra interna, o gerador referido neste item poderá ficar instalado na parte externa do Tribunal, junto à Rua Adolfo Melo (fundos do prédio sede), devendo a contratada prever a quantidade de cabeamento necessário.

II. Do equipamento a ser fornecido para a sala de Auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas em condições normais de uso:

- Grupo-gerador de energia elétrica com capacidade mínima de 7 KVA, com combustão a gasolina ou diesel (fornecido com o tanque cheio);
- Fornecimento de energia estável com tensão entre fase e neutro de 220V;
- Equipamento gerador em bom estado de conservação e perfeitas condições de uso;

Instalação do equipamento em modo *stand by*, no local indicado pela fiscalização, compreendendo o fornecimento dos cabos até os quadros de distribuição e dos conectores necessários, dimensionados de acordo com a carga a ser fornecida.

3.1.1. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

Não se aplica a esta contratação.

3.1.2. Códigos SIASG

CATSERV: 21679

3.1.3. Vigência

O Contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto contratado pelo setor responsável.

3.2. Modelos de Documentos

Não se aplica a esta contratação.

Florianópolis, em 17 de março de 2022.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo I – Plano de Fiscalização

1. Execução e Gestão do Contrato

1.1. Papéis a serem desempenhados pelos principais atores do TRESC e da Contratada

A gestão desse serviço será exercida pelo Chefe da Seção de Manutenção Predial ou seu substituto ou, na ausência destes, pelo seu superior imediato. A gestão e fiscalização terão autoridade para:

- Solicitar a imediata retirada de qualquer funcionário que não corresponda, técnica ou disciplinarmente, às exigências. Isso não deverá implicar modificações de prazo ou de condições contratuais;
- Exigir o cumprimento de todos os itens deste Projeto Básico;
- Rejeitar todo e qualquer material ou serviço de má qualidade ou não especificado para a execução dos serviços
- Determinar a suspensão da execução dos serviços, com a consequente suspensão de contagem do prazo, em caso de necessidade ou quando a realização dos serviços puder causar prejuízo às atividades do TRESC.

A existência desse acompanhamento não exime a contratada de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer ou depois dos serviços.

Quaisquer dúvidas que eventualmente surjam durante a execução dos serviços deverão ser sanadas junto à Seção de Manutenção Predial SMP/TRESC, pelo telefone (48) 3251-3785.

Os fiscais deverão manter o comprovante de execução dos serviços, fornecido pela contratada, para fins de comprovação futura das datas respectivas, quando da emissão das atestações.

1.2. Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

O fornecimento dos grupos geradores nos respectivos locais de utilização deverá ocorrer da seguinte maneira:

1. Do equipamento a ser fornecido e instalado no edifício sede do TRESC:
 - O equipamento deverá ser instalado e testado na quarta-feira, dia 28 de setembro de 2022, e retirado no dia 3 de outubro de 2022 para o primeiro turno das eleições;
 - O equipamento deverá ser instalado e testado na quarta-feira, dia 26 de outubro de 2022, e retirado no dia 31 de outubro de 2022 para o segundo turno das eleições, se necessário.
2. Do equipamento a ser fornecido e instalado para a Auditoria das urnas eletrônicas em condições normais de uso:
 - Fornecimento do equipamento no sábado, dia 1 de outubro de 2022 e retirada logo após o encerramento da votação no dia 2 de outubro de 2022, para o primeiro turno das eleições;
 - Fornecimento do equipamento no sábado, dia 29 de outubro de 2022 e retirada logo após o encerramento da votação no dia 30 de outubro de 2022, para o segundo turno das eleições, se necessário.

Além disso, a Contratada deverá disponibilizar profissionais, em regime de plantão, para operação e manutenção dos equipamentos instalados no edifício sede do TRESC:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- Para o primeiro turno das eleições 2022: das 7h às 21h do dia 1 de outubro de 2022 (sábado) e das 6h do dia 2 de outubro de 2022 (domingo) até às 6h do dia 3 de outubro de 2022 (segunda-feira), para o imediato restabelecimento da energia, na ocorrência de pane no sistema de fornecimento de energia da CELESC;
- Para o segundo turno das eleições 2022, se necessário: das 7h às 21h do dia 29 de outubro de 2022 (sábado) e das 6h do dia 30 de outubro de 2022 (domingo) até às 6h do dia 31 de outubro de 2022 (segunda-feira), para o imediato restabelecimento da energia, na ocorrência de pane no sistema de fornecimento de energia da CELESC.

1.3. Instrumentos Formais

O instrumento formal para acompanhamento do serviço são os relatórios técnicos de teste dos equipamentos demonstrando as perfeitas condições de funcionamento dos equipamentos a serem locados pelo TRE-SC.

1.4. Prazos de Garantia

Não se aplica a esta contratação.

1.5. Acompanhamento do Contrato

O acompanhamento e a fiscalização da execução deste Contrato consistem na verificação, pelo Contratante, da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, e serão exercidos por meio do servidor titular da função de Chefe da Seção de Manutenção Predial, ou seu substituto ou, na ausência destes, pelo seu superior imediato.

A Fiscalização terá autoridade para:

- a) Solicitar a imediata retirada de qualquer funcionário que não corresponda, técnica ou disciplinarmente, às exigências. Isso não deverá implicar em modificações de prazo ou de condições contratuais;
- b) Exigir o cumprimento de todos os itens desta especificação;
- c) Rejeitar todo e qualquer material / equipamento de má qualidade ou não especificado para a execução dos serviços.
- d) Determinar a suspensão da execução dos serviços em caso de necessidade ou quando a realização dos serviços puder causar prejuízo às atividades do TRESC.

A existência desse acompanhamento não exime a Contratada de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer ou depois dos serviços.

1.6. Recebimento Provisório e Definitivo

O recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado;

O recebimento definitivo dar-se-á em até:

- 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou
- 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.7. Pagamento

O pagamento será feito em favor da Contratada, mediante depósito bancário, após o cumprimento das obrigações contratuais e a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que não haja fator impeditivo imputável à empresa.

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

- a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou
- b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

1.8. Transferência de Conhecimento

Não se aplica a esta contratação.

1.9. Direitos Autorais

Não se aplica a esta contratação.

1.10. Qualificação Técnica

Manter quadro de pessoal técnico para a realização dos serviços, bem como executá-los sob a orientação e a responsabilidade de um profissional qualificado, devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA/SC ou Conselho profissional correspondente.

1.11. Descumprimento Contratual e Penalidades

1.11.1. Ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não manter a proposta;
- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas; e
- j) cometer fraude fiscal.

1.11.1.1. Serão aplicados os seguintes períodos de impedimento, de acordo com a infração cometida:

- a) não assinar o contrato ou não aceitar ou retirar a nota de empenho, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF pelo período de 2 (dois) meses;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- b) deixar de entregar documentação exigida: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 1 (um) mês;
- c) fazer declaração falsa ou apresentar documentação falsa: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- e) não manter a proposta, inclusive deixando de apresentar amostra do produto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- f) falhar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses;
- g) fraudar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 15 (quinze) meses;
- h) comportar-se de modo inidôneo: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses; e
- i) cometer fraude fiscal: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 20 (vinte) meses.

1.11.1.2. As sanções previstas nos subitens 1.11.1 e 1.11.1.1 poderão ser majoradas em 50% (cinquenta por cento), para cada agravante, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme Portaria P n. 136/2021.

1.11.1.3. As penas previstas nas alíneas “a”, “b”, “d” e “e” do subitem 1.11.1 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, quando não tiver havido nenhum dano à Administração, conforme Portaria P n. 136/2021.

1.11.1.4. Quando a ação ou omissão do licitante vencedor ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

1.11.2. Para os casos não previstos no subitem 1.11.1, se o licitante vencedor descumprir as condições deste Edital, ficará sujeito às penalidades estabelecidas na Lei n. 8.666/1993.

1.11.2.1. Consoante previsto na Portaria P n. 136, de 14 de outubro de 2021:

1.11.2.1.1. As infrações consideradas como leves serão penalizadas com a advertência;

1.11.2.1.2. As infrações consideradas como médias serão penalizadas com multa de 5% do valor total do contrato;

1.11.2.1.3. As infrações consideradas como graves serão penalizadas com multa de 10% do valor total do contrato;

1.11.2.1.4. As infrações consideradas como gravíssimas serão penalizadas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRES, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

1.11.3. Conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

- a) no caso de inexecução parcial, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;
- b) no caso de inexecução total, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto contratado; e
- c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

licitante vencedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

1.11.4. As sanções estabelecidas no subitem 1.11.1 e na alínea “c” do subitem 1.11.3 são de competência do Presidente do TRESC.

1.11.5. Em conformidade com o art. 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na execução do objeto deste Pregão, bem como em eventuais substituições de peças ou em refazimento de serviços, sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor do item em atraso, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado.

1.11.5.1. Os atrasos de que trata o subitem 1.11.5, quando superiores a 30 (trinta) dias, serão considerados inexecução total do contrato.

1.11.5.2. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas na Lei n. 8.666/1993.